

# O sujeito da ação política: notas para uma teoria

*Jair Pinheiro\**

*Resumo:*

Este artigo apresenta um esforço exploratório no sentido de definir alguns referenciais teóricos para a análise da ação política e do sujeito que a empreende. Para isso, busca-se integrar à reflexão as contribuições de diversas disciplinas, principalmente da psicanálise.

A noção mais elementar que temos da categoria sujeito é a de sujeito de uma ação, que nos é apresentada pela gramática. O que é inquietante nesta noção é que ela constitui uma espécie de protoconhecimento com o qual o indivíduo passa a operar sem questionamentos. É o meio de existência e de ação do indivíduo tornado sujeito. É seu meio ambiente natural. Mais adiante procurarei esclarecer porque comecei por essa referência à gramática.

Por enquanto, convém assinalar que os limites e as muitas lacunas presentes nas formulações que seguem são devidas ao caráter exploratório deste ensaio, quando não à extensão e à abrangência do tema.

Em seguida, me ocuparei em apontar que o exame teórico da categoria "sujeito" exige, por um lado, uma abordagem pluridisciplinar, o que me leva à incorporação de contribuições teóricas de várias disciplinas, espero que de modo adequado e, por outro lado, que se trata de uma categoria multifacetada, razão pela qual refiro-me ao sujeito da ação política, como poderia me referir ao sujeito de qualquer outro tipo de ação. Esta característica da categoria impõe a necessidade de delimitar a que sujeito ou aspecto dele nos referimos, embora essa noção particular esteja sempre referida a uma noção geral.

A abordagem pluridisciplinar requer uma definição. Sugiro a seguinte: os diferentes registros teóricos recobrem diferentes

\* Membro do  
Neils e  
doutorando em  
Ciências  
Sociais pela  
PUC-SP.

objetos empíricos que se entrecruzam e, não raro, apresentam extensas áreas comuns. Em consequência disso, o método de análise deve contemplar pelo menos três exigências, a saber: 1) informar a cada momento da análise de que registro foi extraída a categoria em uso e a compatibilidade dela com a base empírica; 2) informar se a análise está tratando de uma base empírica própria de um determinado registro (disciplina) ou de alguma extensão comum a mais de um registro e, neste caso, informar os registros aos quais a base empírica está referida e; 3) constituir categorias mediadoras para passar de um registro a outro, ou destacar aspectos das categorias dos vários registros que servem a essa passagem.

Esta definição metodológica é importante não apenas para contemplar as exigências do exame teórico de uma categoria multifacetada como, também, para evitar pelo menos dois tipos de armadilha. O primeiro deles se refere ao reducionismo da categoria a uma disciplina particular, dando origem aos inúmeros "ismos", como: economicismo, psicologismo, sociologismo etc. O segundo tipo é uma espécie de consequência do primeiro, e se refere à generalização, à inferência de postulados de uma disciplina para outras, o que obscurece ou prejudica a análise das articulações entre os vários campos de conhecimento.

Com essas observações, creio ter fornecido elementos suficientes para o acompanhamento do exame que empreenderei a partir de então.

Partirei de um pressuposto que, por enquanto, apresentarei como um dado cuja validade espero demonstrar com a análise que segue.

Suponho três dimensões superpostas e simultâneas de constituição do sujeito: 1) a ontológica, que se refere à estrutura, 2) a da atualização histórico-social da estrutura e 3) a do sujeito empírico das ações sociais efetivas. Esta terceira forma concentra em si todas as formas de constituição do sujeito e representa a forma mais imediata e visível de manifestação objetiva da subjetividade. Por isso mesmo é, também, a forma imediatamente dada à observação e suscetível de mudar seu comportamento de acordo com a atualização histórico-social da estrutura (ontologia).

Minha definição de sujeito da ação política recobre, portanto, um aspecto particular dessa terceira forma. Todavia, o exame das determinações do seu comportamento, das opções que faz e das ações que realiza exige uma teoria da constituição do sujeito. Para satisfazer essa exigência, passo a definir as três dimensões referidas no parágrafo anterior.

Essas considerações exigem estabelecer uma distinção fundamental entre indivíduo, como unidade estatística discreta, e sujeito. Isto porque podemos nos referir ao termo indivíduo, no sentido aqui empregado, como existente *a priori*, sem necessariamente obscurecer alguma informação importante. O mesmo já não é possível com relação ao termo sujeito, pois este só existe no interior de uma situação como agente dela. Ou, ainda, a categoria sujeito supõe uma alteridade constitutiva, ou conforme a proposição althusseriana, *os indivíduos são sempre já sujeitos*. Assim, o exame dessa alteridade é condição necessária para a explicação daquela categoria.

Indo além, o sujeito é instaurado na e pela situação. É possível identificar nas contribuições da psicanálise e da antropologia o fundamento primário, no sentido de originário, o elemento estruturante da subjetividade. Na psicanálise, o que funda a subjetividade é a instauração do Outro como efeito da barra de interdição que desfaz a célula narcísica, que separa sujeito e objeto. Essa separação abre a brecha para a simbolização que mediará, a partir de então, a apropriação do objeto pelo sujeito.

Lacan assinala que “por menor que seja o número de símbolos que vocês possam conceber no momento da emergência da função simbólica como tal na vida humana, eles implicam a totalidade de tudo o que é humano. Tudo se ordena em relação aos símbolos surgidos, aos símbolos na medida em que apareceram”.

“A função simbólica constitui um universo no interior do qual tudo o que é humano tem de ordenar-se”.

É a esta função simbólica que está relacionado o Outro instaurado pela castração. Mais adiante, no mesmo seminário, o autor acrescenta: “há dois outros que se devem distinguir, pelo menos dois — um outro com *A* maiúsculo e um outro com *a* minúsculo, que é o eu. O Outro, é dele que se trata na função da fala”.<sup>1</sup> (1995: 44 e 297)

Essa distinção se desdobra na noção — ainda Lacan — do Outro como o vazio depositário da palavra, que se distingue do outro minúsculo, que é a objetivação do Outro. Por enquanto, me restringirei a esses apontamentos, posto que o propósito é apenas o de indicar o elemento estruturante do sujeito.

No campo da antropologia, Lévi-Strauss se interroga “em que consistem as estruturas mentais para as quais apelamos e cuja universalidade acreditamos poder estabelecer?” e nos oferece a seguinte resposta: “são, parece, em número de três: a exigência da

1. Os tradutores de Lacan conservam a letra inicial em francês *l'Autre* e *l'autre*.

Regra como Regra; a noção de reciprocidade considerada como a forma mais imediata em que possa ser integrada a oposição entre o eu e o outro; enfim, o caráter sintético do dom, isto é, o fato de que a transferência consentida de um valor de um indivíduo para outro os transforma em parceiros, e acrescenta uma qualidade nova ao valor transferido". (1978: 123)

Dos três elementos estruturantes, a regra como regra se refere à proibição do incesto, e a reciprocidade e o dom a aspectos distintos da troca. Temos, portanto, na antropologia, assim como na psicanálise, uma interdição primária como elemento estruturante, o que também abrirá margem para a simbolização por meio da troca e da aliança. É importante assinalar que estou utilizando o termo *primária* não com sentido temporal, mas para indicar uma condição basilar, sem a qual as demais não se efetivam.

Todavia, há uma diferença entre Lacan e Lévi-Strauss, que consiste no fato de que o primeiro volta-se para a estruturação psicológica e o segundo para a cultural. Com isso, se observamos uma homologia entre ambas as teorias, é também importante preservar as diferenças teóricas porque correspondem a diferentes bases empíricas.

No sentido aqui empregado, é de uma interdição primária que se pode referir a uma estrutura a-histórica, pois se manifesta sempre da mesma forma (como regra ou, pelos nomes mais comuns: norma ou lei) sem conteúdo. O paradoxo dessa interdição é que ela só pode ser observada empiricamente no sujeito da análise, no caso da psicanálise, ou numa formação social determinada, no caso da antropologia, por meio dos conteúdos concretos, manifestos.

Com essa última observação nos aproximamos da segunda forma de constituição do sujeito, que é a atualização histórico-social da estrutura. Esta atualização se realiza por intermédio das trocas, no sentido antropológico mais genérico e universal e, por isso mesmo, como fenômeno comum a todas as formações sociais.

Marx assinala que "o resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade". As diferentes formas adquiridas por essa unidade constituem o modo de atualização histórico-social da estrutura ontológica. (1978: 115)

O termo *intercâmbio*, na citação acima, é substituível por *troca*, e é assim que passarei a considerar. Isto porque, enquanto o primeiro remete ao pensamento econômico, o segundo está inserido

num campo semântico que permite ser utilizado em várias disciplinas, inclusive na economia; o que atende melhor aos propósitos deste ensaio.

A troca, como elemento mediador do modo de atualização histórico-social da estrutura, está diretamente relacionada a duas ordens de fatores: 1) o simbólico, entendido como formas discursivas de atribuição de significados e 2) o modo social de produção. Essas duas ordens de fatores são autônomas uma em relação à outra, embora exerçam determinações recíprocas. A autonomia das formas discursivas de atribuição de significados é dada pela ontologia da estrutura que elas supõem; e a autonomia do modo social de produção resulta dos seus determinantes materiais. Esta distinção, a meu ver, é fundamental tanto para preservar o potencial explicativo das categorias de ambas as ordens de fatores em relação aos fenômenos particulares a que se referem tais categorias; quanto para conferir maior clareza à articulação entre ambas as ordens de fatores.

Ora, atribuir significados supõe alguma coisa significante. Eis aí o primeiro nexa, além do estrutural, entre as duas ordens de fatores nas quais estou me baseando.

Por outro lado, a generalidade da categoria troca, em Marx, é de outra natureza. Este autor supõe que a troca é um momento (uma diferença) de uma unidade que inclui, também, a produção, a distribuição e o consumo, e está presente como categoria geral em todos os modos de produção. Porém, a troca, assim como toda a unidade a que ela pertence, se apresenta de modo específico em cada modo de produção determinado. Ora, a unidade na qual a troca está inserida é realizada por sujeitos que operam por meio da atribuição de significados ou, conforme a proposição lacaniana, ordena tudo com os símbolos adquiridos. Eis aí o segundo nexa.

A reflexão desenvolvida até este ponto apresenta o problema de tratar a atribuição discursiva de significados e o modo social de produção como ordens exteriores, o que poderia levar à solução, a meu ver equivocada, de atribuir primazia a uma delas para explicar toda a arquitetura social.

Para evitar essa armadilha devemos recorrer, creio, à noção de atividade social ou, mais especificamente, de trabalho, no sentido de Marx, de produção e reprodução da vida social, pois tanto no plano teórico como no empírico, é essa noção que articula aquelas duas ordens de fatores.

Assim, se Marx recomendava ao estudioso voltar a atenção para o modo como os homens produzem sua vida e, por extensão, a

organização social, não era por considerar sem importância as representações mentais que esses mesmos homens tinham dessa organização; como a vulgata marxista difundiu e os críticos aderiram, mas por acreditar que só esta atividade fornece a base para um conhecimento efetivo, não ideal, de como os homens se organizam e vivem em sociedade.

Ora, é impossível tomar essa atividade como objeto de estudo sem considerar aquelas duas ordens de fatores, ou como elas se articulam. Desse modo, quando Marx assevera que a unidade “produção, distribuição, intercâmbio e consumo” se apresenta de modo particular em cada modo social de produção, é perfeitamente compatível acrescentar que também se apresenta um modo particular de representação daquela unidade.

Se as formulações de Marx com relação às representações simbólicas eram descritivas e metafóricas, isto se deve principalmente ao estágio ainda inicial das ciências sociais em sua época, bem como ao fato de essas formulações constarem de obras escritas para demarcar posição face à tradição a que ele se filiara até então e, portanto, obras que não tinham as representações simbólicas como objeto.

Todavia, está presente de um modo particular em toda a obra de Marx, ora implícita ora explícita, a noção de que as idéias também integram as lutas políticas como arma de luta. Esta noção é muito importante para o exame empírico da categoria sujeito da ação política. Porém, antes de empreender tal exame, convém fazer alguns esclarecimentos quanto à particularidade dessa noção em Marx.

Ele rompe com a noção de progresso das idéias, qualquer que seja o motor desse progresso, conforme a tradição filosófica. Esse rompimento lhe permite negar a existência de uma relação positiva, necessária, entre determinados conteúdos simbólicos e a ação efetiva que tais conteúdos aspiram representar. Ou, conforme formulado em “O 18 Brumário”: “A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada” (1978: 329).

É esse rompimento e a investigação atenta da unidade “produção, distribuição, intercâmbio e consumo” que permite a

Lojkine endereçar àqueles que, apesar da diversidade entre eles, apresentam leituras idealistas da revolução informacional, a crítica de conceberem a informação dissociada dos meios materiais de transmissão. Para fundamentar sua crítica, Lojkine cita Lévi-Strauss, para quem: "Sem reduzir a sociedade ou a cultura à linguagem, pode-se assinalar essa 'revolução copernicana (...) que consistirá em interpretar a sociedade, em seu conjunto, em função de uma teoria da comunicação. Desde já, esta tentativa é possível em três níveis, porque as regras do parentesco e do matrimônio servem para assegurar a comunicação das mulheres entre os grupos, assim como as regras econômicas servem para assegurar a comunicação de bens e serviços e as regras lingüísticas a comunicação de mensagens" (Lévi-Strauss *apud* Lojkine, 1995: 116).

De acordo com a reflexão aqui desenvolvida, a crítica não deve refutar a categoria "troca" por meio do descarte do paradigma da teoria da comunicação, mas substituir este último pelo paradigma materialista da produção social da vida. Essa substituição se justifica, a meu ver, pelo fato de o primeiro conceber as esferas sócio-cultural, econômica e lingüística separadamente; e o segundo, apresentar a vantagem de apreender a relação dialética entre tais esferas por meio da sua conformação material.

Para o exame empírico do sujeito da ação política é preciso sempre ter em mente as duas primeiras dimensões, já definidas, da constituição da categoria sujeito. Isto porque, os indivíduos, na sua ação cotidiana atualizam e reiteram incessantemente aquelas dimensões. É nesse movimento de atualização e reiteração incessantes que adquire especial importância a formulação althusseriana de que "(...) no que tange a um único sujeito (tal ou qual indivíduo), a existência das idéias que formam sua crença é material, pois *suas idéias são seus atos materiais, inseridos em práticas materiais regidas por rituais materiais, os quais, por seu turno, são definidos pelo aparelho ideológico material de que derivam as idéias desse sujeito*" (1996: 130).

Althusser adverte ainda que as quatro inscrições do adjetivo "material" em sua formulação devem ser vistas de modos diferentes, por se tratar de diferentes modalidades de materialidade. Contudo, o autor deixa de lado o problema de uma teoria sobre essas diferentes materialidades.

Não estou em condições de preencher esta lacuna. No entanto, acredito poder avançar alguns centímetros nessa direção a partir da premissa de correspondência dessas quatro inscrições do adjetivo "material" a três diferentes tipos de materialidade: *atos e práticas*

*materiais* corresponderiam às ações dos sujeitos balizadas por seus interesses; *rituais materiais* à normatização das atividades de cada *aparelho ideológico* cuja materialidade se refere aos seus recursos materiais e como estes são organizados.

Essa correspondência exige uma definição, ainda que apenas breve e preliminar, para conferir consistência à proposição de que o trabalho, como atividade social de produção e reprodução da vida constitui o elemento de articulação das formas discursivas de atribuição de significados com o modo social de produção, como atualização histórico-social da estrutura.

A primeira daquelas correspondências se refere ao que Weber definiu como: "(...) uma ação que, quanto ao seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso" (1991: 3). A vantagem dessa definição é que ela contém alguns elementos basilares dos *atos e práticas* dos sujeitos: 1) agentes movidos por seus interesses, 2) orientando-se pelo comportamento de *outros* e, 3) continuidade da ação. Antes de continuar o desenvolvimento dessa idéia, convém esclarecer que estou me apropriando de contribuições de Weber num quadro de referência teórico diverso daquele definido por ele. Oportunamente, apresentarei elementos de crítica às formulações weberianas.

Embora o indivíduo, como agente da ação, seja o elemento mais evidente dos três acima mencionados, ele está longe de ser portador de alguma condição privilegiada em relação aos demais para a explicação da categoria "sujeito" pois, conforme a distinção já assinalada, esse indivíduo só se torna sujeito, no sentido de "sujeitar-se a e qualificar-se para" (Cf. Therborn) no interior de um processo social contínuo de interpelação, o que supõe os outros dois elementos.

Este processo de interpelação leva à segunda correspondência, entre *rituais materiais* e normatização das atividades de cada *aparelho ideológico*. Com os conceitos de aparelhos ideológicos e de associação, Althusser e Weber definem, respectivamente, de maneira particular, suas referências empíricas. Apesar disso, é forçoso reconhecer que os autores se referem às mesmas instituições sociais. É por essa razão que os estudos de Weber sobre o funcionamento interno das instituições ilustram sobremaneira essa correspondência.

A definição de burocracia é, nesse sentido, exemplar. Não por acaso, Weber afirma que o burocrata é um péssimo político e, este último, um péssimo burocrata, pois ambos são treinados em



atividades distintas com fins distintos. Vale dizer, são “assujeitados a e qualificados para” atividades distintas, pois perseguem interesses e fins distintos em aparelhos ideológicos distintos.

Tanto na primeira como na segunda correspondência está subjacente, em operação, as representações simbólicas com as quais os agentes atribuem significados à sua ação bem como a justificam para si mesmos e para os demais agentes. Voltarei a essa questão mais adiante.

Quanto à terceira correspondência, sugiro que as instituições sociais sejam vistas como aparelhos com funções particulares no conjunto das atividades de determinado modo social de produção. Cada um desses aparelhos é perpassado pela assimetria que caracteriza as relações capitalistas de produção, o que é válido tanto para as relações de propriedade como para as políticas no interior de uma dada instituição.

Assim, se cada aparelho tem sob seu controle e/ou posse determinados recursos materiais, a posse e o controle desses recursos são distribuídos diferentemente entre os indivíduos integrados a esses aparelhos. Essa distribuição desigual de posse e controle define, também, lugares diferentes na estrutura do aparelho. Até aí nenhuma novidade. Essa formulação é perfeitamente compatível com a definição weberiana de burocracia. Não por acaso, Weber deriva a autoridade na burocracia privada da propriedade dos meios de produção e, na burocracia pública, da legitimidade do governo.

O que não é compatível com Weber é a noção de que as representações simbólicas, tanto no sentido da elaboração quanto dos conteúdos delas, integram os recursos materiais das instituições e, portanto, são organizadas na mesma medida em que são organizados os recursos administrativos e a rotina burocrática, verdadeiros *rituais materiais*. É assim, a meu ver, que deve ser interpretada a noção gramsciana de organização da cultura.

Para examinar como essas determinações materiais incidem sobre a transformação do indivíduo em sujeito da ação política, retomarei o conceito lacaniano de Outro a partir da leitura de Badiou. Diz ele: “Para Lacan, o que funda a verdade é o Outro como um buraco no saber. Assim, ele declara em 8 de maio de 1973: ‘Há um buraco, e esse buraco se chama o Outro; o Outro enquanto lugar onde a palavra, por ser depositada, funda a verdade’”. Continua Badiou: “Para Lacan, se o vazio está do lado do ser, isto quer dizer que o pensamento está também do lado do ser. Pois o pensamento é justamente o exercício da separação. Mas então dir-se-á que o

próprio ser pensa. Lacan vê na idéia de que o ser pensa o axioma fundamental de toda filosofia. Eu o cito: 'Que o ser seja suposto pensar, eis o que funda a tradição filosófica a partir de Parmênides'. Para Lacan, este axioma é inaceitável. O pensamento deve ser um efeito do sujeito, e não uma suposição relativa ao ser".

Mais adiante, Badiou afirma "(...) que há duas maneiras de ser um Outro. Seja existir no (ser elemento de) Outro ( $x \subset A$ ), seja ser uma parte do Outro ( $x \in A$ )".

"Esta distinção é capital. Por exemplo, um *significante* existe no Outro como tesouro dos significantes; ele é elemento do Outro. Em compensação, o objeto *a* como causa do desejo é uma parte do Outro. Ele é objeto-parte, ou objeto parcial" (1994: 60, 61 e 97).

Esta última citação, a meu ver, significa que: ser elemento de Outro é ser o Outro de outro; enquanto que o Outro (como vazio instaurado pela barra de interdição) faz parte do outro, porque é impossível ser o Outro de si mesmo. Ou seja, o indivíduo é chamado a se constituir em sujeito por meio de um processo social de interpelação em que os discursos ideológicos (Cf. Therborn) se dirigem ao Outro presente em cada um.

Essa formulação é perfeitamente compatível com a distinção entre indivíduo e sujeito e dá lugar àquela constituição tridimensional do sujeito, que expus no começo do texto, cuja validade espero ter demonstrado com as reflexões até este ponto desenvolvidas.

De acordo com essas observações, há uma dialética do sujeito que consiste em que o Outro encontra-se no sujeito mesmo, pois o Outro enquanto vazio onde se deposita a palavra é uma espécie de efeito da castração enquanto barra de interdição que desfaz a célula narcísica. Este Outro que está no sujeito precisa de um outro como suporte material depositário da palavra, para que esta funcione como veículo de relações intersubjetivas.

Se este enunciado for defensável, segue-se que todos os sujeitos são iguais enquanto constituídos pelo efeito da castração. Porém, a igualdade acaba aí, pois os outros (cada qual com seu próprio Outro), enquanto suportes materiais depositários da palavra, ocupam posições sociais diferentes portadoras de diferentes poderes de veiculação da palavra, segundo a posição que ocupam. Estas posições sociais, por sua vez, não são definidas por nenhuma categoria da psicanálise, mas por efeito da distribuição desigual de recursos materiais para a veiculação da palavra.

Lacan utiliza o termo "palavra" no sentido amplo de representações, embora não se possa ignorar a centralidade da

palavra, no contexto da psicanálise. Essas representações se referem ao que estou denominando por “formas discursivas de atribuição de significados”.

Assim, o Outro dos outros que ocupam posições subordinadas na escala social são mais enunciados que enunciantes, ao passo que o Outro dos outros que ocupam posições de mando na escala social são mais enunciantes que enunciados. Ora, se o enunciado enuncia o interesse do seu autor, seguem-se duas conclusões: a primeira, que o interesse enunciado é definido (quase) sempre pela posição ocupada pelo sujeito na escala social e; segunda, a subjetividade do sujeito contém um conflito interno constituído pelas contradições entre os traços de subjetividade moldados pela posição ocupada na escala social e a aspiração da subjetividade do Outro de ser enunciada sem peias nem amarras. Nesse caso, a distinção entre as duas conclusões é mais analítica do que empírica.

Estas duas conclusões combinadas, tendo em vista o interesse de examinar os nexos entre a psicanálise e a teoria política, implica a abertura de uma brecha por onde se enuncia em um dado sujeito A, como manifestação da sua subjetividade, interesses de um outro sujeito B, interesses estes, inscritos na posição social ocupada pelo sujeito A. Tal esquema tem, como suposição, que a distribuição de recursos materiais capazes de definir posições na sociedade é suficientemente desigual (em favor do sujeito B), que o sujeito A encontraria uma força constringedora tal na resistência ao comportamento esperado da posição que ele ocupa que lhe pareça mais *sensato* adaptar-se que resistir.

Essa força constringedora, é preciso nomeá-la, é constituída pelo conjunto das *“práticas materiais regidas por rituais materiais, os quais, por seu turno, são definidos pelo aparelho ideológico material de que derivam as idéias desse sujeito”* (Althusser, 1996: 130). O que supõe aqueles três tipos de materialidade que defini acima.

É preciso, portanto, dedicar especial atenção às instituições sociais que realizam a tarefa de ordenar e distribuir o discurso, a que se refere Foucault. Pois estas instituições e a organização particular que elas apresentam em cada formação social constituem a base da dominação política e ideológica; isto, claro, se o enunciado anterior for defensável, como já ressalvei.

Entretanto, não é possível examinar as determinações materiais do discurso a partir do modelo foucaultiano. Isto por duas razões fundamentais. A primeira, se refere à identificação entre saber e poder concebida por Foucault, o que leva ao descarte das determinações materiais das instituições. A segunda diz respeito à

identificação entre indivíduo e sujeito, o que leva à suposição, nem sempre explícita, de que a categoria social e/ou psicológica sujeito teria uma existência espontânea que sofreria constrangimentos sociais. Ora, se como estou supondo, toda instituição antes de sofrer os efeitos das determinações materiais resulta delas, não é possível se referir à categoria sujeito sem examinar tais determinações detidamente em seu processo de constituição e de recrutamento dos indivíduos como sujeitos. É por isso que esse jogo de dominação política que o discurso revela não pode ser abolido sem abolir também a base econômica das instituições que lhe servem de suporte material.

A partir desse ponto, julgo importante distinguir, no plano analítico, o exame de como as diferentes instituições ordenam e distribuem o discurso do exame de como os indivíduos tornados sujeitos organizam sua ação. Essa distinção, de cunho estritamente metodológico, deve permitir a observação empírica da dialética do sujeito (sujeito a e qualificado para, inclusive para qualificar) sugerida por Therborn.

No que diz respeito às instituições, embora cada uma delas tenha papel diferente na reprodução social, todas são produtoras de ideologias na medida em que suas rotinas operacionais constituem verdadeiros rituais, atualizadores incessantes e ininterruptos da ideologia dominante. Nesse caso, merecem atenção especial aquelas instituições (mídia) cujo papel central é o de interpelação dos sujeitos.

Nesse sentido, gostaria de sugerir que essa dialética do sujeito opera por meio de um processo social de interpelação que tem como base estrutural ontológica a Regra como Regra, sem conteúdo definido *a priori*, mas com conteúdo social e historicamente definido, razão pela qual o sujeito experimenta esse conteúdo como o que existe, pois é a forma de existência efetiva da regra, ou seja, da lei no sentido geral abstrato, ao mesmo tempo considera seus atos como expressão de sua própria autonomia, pois tudo o que faz resulta de suas próprias considerações sobre o que existe. E efetivamente é assim. Essa afirmação é importante para evitarmos a figura do dominado marionete, definitivamente preso às malhas da dominação ideológica, situação em que desapareceria a dialética do sujeito.

A suposição de que assim opera a dialética do sujeito apresenta pelo menos dois problemas. No plano político, pode levar a uma versão intelectualizada do dito popular de que a voz do povo é a voz de deus e, no plano teórico, à perenização da situação existente. Para escapar a esse impasse, é preciso voltar a atenção para as lutas políticas, tanto no interior de cada instituição como no conjunto da

sociedade, a fim de poder verificar a direção que tende a tomar a tensão entre a qualificação dos sujeitos para a realização das tarefas reprodutoras e a qualificação para qualificar, que é a brecha por onde se introduzem as alternativas ao que existe, ou seja, a qualificação para tarefas não reprodutoras.

Retomando mais uma vez a leitura que estou fazendo de Lacan, essa tensão entre, digamos, diferentes tipos de qualificação, sempre supõe que o outro, como suporte material do Outro, é atravessado por diferentes enunciados que são, na verdade, práticas materiais de diferentes aparelhos institucionais.

Há uma homologia entre a dialética Outro/outro, em Lacan; e a dialética sujeição/qualificação, em Therborn. O Outro, enquanto tesouro dos significantes, opera como inconsciente no outro que, por sua vez, é quem realiza a função simbólica. Como operação abstrata, é da mesma ordem a dialética sujeição/qualificação, segundo a qual, ocorre simultaneamente uma sujeição a uma ordem e a qualificação para o exercício das tarefas reprodutoras dessa ordem.

Isto supõe um movimento incessante de sujeição/qualificação por meio de rituais materiais. Contudo, tal como nas relações sociais capitalistas de produção, cujo caráter explorador precisa ser recalçado, o que é realizado por um intenso e ininterrupto trabalho de atribuição de significados por meio do exercício das atividades cotidianas que os sujeitos desenvolvem no interior das instituições em que estão inseridos. Ou seja, um trabalho em que o discurso interpela e se dirige ao Outro presente em cada um.

Um outro aspecto dessa homologia é que, tal como na dialética Outro/outro, sempre persiste um resto não simbolizado, não capturado pela função simbólica; na dialética sujeição/qualificação também persiste uma parte da subjetividade não capturada pela dominação ideológica.

Esse resto é a base da rebeldia em qualquer ordem histórico-social determinada. É a ele que se dirige o discurso dos intelectuais orgânicos, tanto das classes dominadas como das dominantes. A metáfora da cacofonia urbana, utilizada por Therborn, para se referir à profusão de discursos que interpelam o sujeito, configura uma verdadeira guerra ideológica cujo objetivo é a captura desse *excesso* de subjetividade. Os intelectuais vinculados às classes dominadas visam “a qualificação dos sujeitos para qualificar” no sentido de vislumbrar alternativas para as interpelações quanto a “o que existe, o que é bom e o que é possível” da ordem social presente.

Os intelectuais vinculados às classes dominantes visam, ao contrário, a obtenção de acomodação, sentido de inevitabilidade,

sentido de representação, deferência, medo ou resignação, como efeitos de dominação ideológica pela sujeição. Tais efeitos são, em muitas ocasiões, apresentados sob a inspiração weberiana da ética da responsabilidade.

No capítulo sobre a cooperação, de *O Capital*, Marx apresenta a base material sobre a qual se assenta essa luta ideológica. Ele afirma que sob as relações capitalistas de produção "(...) A conexão de suas funções e sua unidade como corpo total produtivo situa-se fora deles, (Marx se refere aos trabalhadores) no capital, que os reúne e os mantém unidos. A conexão de seus trabalhos se confronta idealmente portanto como plano, na prática como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela" (1985: 263).

A forma de existência dos trabalhadores no modo de produção capitalista é produzindo para o capital, isto é, o trabalhador só produz sua subsistência sob a condição de produzir mais-valia a ser apropriada pelo capitalista, que é a configuração material deste último. Ora, constituir sujeitos, no sentido de sujeição/qualificação, para as tarefas necessárias à reprodução dessa relação constitui dominação ideológica. Essa dominação é tanto mais patente quanto mais ela fizer desaparecer da percepção imediata o caráter explorador desse modo de existir dos trabalhadores.

Isto ocorre efetivamente na medida em que, por um lado, uma parte da subjetividade foi deslocada do debate sobre a produção que resultaria no "acordo de vontades entre os produtores" para o mero exercício da produção, concebida abstratamente e, por outro lado, na fase contemporânea do capitalismo aquele excesso de subjetividade é deslocado para atividades (como o lazer e os rituais sócio-culturais em geral) que, embora não estejam ligadas diretamente à reprodução das relações capitalistas nem delas derivam, a elas servem na medida em que são administradas segundo as necessidades de valorização do capital. Com isso, é recalcado o caráter explorador do capitalismo e, para assim permanecer, o debate tem de reiterar ininterruptamente o caráter supostamente natural da produção capitalista ou, para retomar os termos dos *Grundrisse*, da combinação particular da unidade "produção, distribuição, intercâmbio e consumo" e o modo particular de atribuição discursiva de significados a essa combinação particular têm de ser ideologicamente universalizado.

À guisa de síntese do que expus até aqui, gostaria de sugerir as seguintes proposições:

1. Os sujeitos existem e são constituídos apenas em relações sociais efetivas.

2. Essas relações se materializam em instituições sociais, organizadas burocraticamente ou não, por meio dos *rituais materiais* próprios a cada uma delas.

3. Todos participam da atribuição discursiva de significados (organização da cultura) por meio de suas atividades regulares e cotidianas, na medida em que integram essas instituições, mas o fazem em condições desiguais de controle e posse dos recursos materiais, o que corresponde a diferentes posições nas relações sociais.

4. A combinação das proposições 2 e 3 moldam as subjetividades de dominados e dominadores na medida em que incidem sobre a organização da libido, da qual o ego é o repositório.

De acordo com as premissas que orientaram esta reflexão até aqui, as proposições 1 e 2, espécie de redefinição das proposições althusserianas, são comuns a toda formação social, na medida em que todas elas se estruturam num conjunto de instituições com uma organização particular. As proposições 3 e 4 e a forma particular de articulação delas com as duas primeiras caracterizam as formações sociais marcadas por relações de dominação, como é o caso das sociedades capitalistas.

“Assim, uma ideologia não é necessariamente ‘falsa’: quanto a seu conteúdo positivo, ela pode ser ‘verdadeira’, muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas *o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação*” (1996:13). Esta observação de Zizek, referida às *práticas* e aos *rituais materiais* coloca o problema da necessidade de examinar a evidência dos fatos como, ela mesma, uma manobra ideológica, pois, como afirma Zizek, tais evidências “talvez constituam a arqui-afirmação da ideologia — considerando-se, justamente, que os fatos *nunca* ‘falam por si’, mas são sempre *levados a falar*, por uma rede de mecanismos discursivos” (1996: 17).

É no contexto dessas proposições, ou das *práticas* e *rituais materiais* sociais a que elas se referem, que a afirmação de Pêcheux, de que não existe enunciado neutro de argumentação, revela todo o sentido ideológico da evidência dos fatos, pois mesmo os enunciados descritivos, aqueles que contêm a pretensão de deixar os “fatos falarem por si”, já é um momento da argumentação na medida em que “narram” um momento dessas *práticas* e *rituais*. Ou seja, o próprio mecanismo do discurso oculta suas leis de funcionamento.

### **A ação política no contexto da interpelação ideológica**

Acredito poder avançar algumas hipóteses a respeito da formulação de interesses; das medidas tomadas com vistas à satisfação deles e; por fim, como os sujeitos atribuem significados a esta ação, o que inclui, retroativamente esses três momentos.

Há um consenso geral entre os teóricos de que a esfera política constitui um campo no qual os agentes sociais formulam seus interesses e buscam os meios para satisfazê-los. Contudo, o consenso não vai além disso. Começarei pelo problema da formulação dos interesses, justamente por considerar que tomar os interesses como evidentes por si mesmos leva ao ocultamento ideológico do sujeito como evidente e espontâneo.

### **A questão do ovo e da galinha**

Perguntar quem tem ou deve ter primazia no exercício teórico, o sujeito ou os interesses por ele manifestos, repõe a eterna pergunta sobre quem nasceu primeiro: o ovo ou a galinha? Evidentemente, tanto para uma como para a outra pergunta, qualquer que seja o termo escolhido como resposta deixa sem explicação convincente o outro termo da interrogação. Como o meu negócio não é frango, tentarei responder a primeira indagação.

A afirmação de que sujeito e interesses são componentes de uma unidade, além de parecer uma saída pela tangente, pode parecer óbvia demais. Contudo, assumirei o risco de ser óbvio na tentativa de apresentar uma explicação plausível para a questão. A unidade que não apenas contém mas constitui os sujeitos e seus interesses são as relações sociais ou, mais especificamente, as relações sociais de produção sob uma combinação particular da unidade "produção, distribuição intercâmbio e consumo", conforme a formação social historicamente determinada.

Pode-se opor a este argumento o de que ele está restrito à esfera econômica, e que os sujeitos podem formular interesses de outra natureza. Esta objeção supõe uma autonomia completa entre aquelas duas ordens de fatores (modo social de produção e formas discursivas de atribuição de significados) a que me referi anteriormente. Minha premissa de que essas duas ordens de fatores apresentam uma ampla base comum, respeitadas suas particularidades e autonomia relativa, permite afirmar que mesmo quando os interesses manifestos não são de natureza econômica remetem àquelas três modalidades de materialidade, acima mencionadas.



Isto abre pelo menos duas perspectivas de análise. A primeira, se refere às diversas formas de articulação de interesses não econômicos à base econômica e a segunda, ao processo de formação de sujeitos e seus respectivos interesses políticos. Neste ponto, convém acrescentar uma hipótese adicional, que é a de que não sendo os sujeitos nem seus interesses um dado espontâneo, eles são constituídos estrutural e conjunturalmente e é nesse contexto que eles atuam, contribuindo ou não para a reprodução das relações sociais de uma determinada formação social.

No nível estrutural do modo de produção capitalista, a constituição desses sujeitos envolve desde a organização de cada unidade produtiva e de sua rotina de trabalho até os rituais políticos materializados no aparelho de Estado. A participação nessas instituições em posições determinadas não apenas define os interesses que podem ser formulados a partir delas porque nelas estão inscritos, como também os rituais institucionais moldam a subjetividade dos indivíduos, recrutando-os como sujeitos (funcionário, chefe, cliente, empresário, estudante, clérigo, autoridade, réu, etc.) participantes e reprodutores desses mesmos rituais.

É nesse nível que intervém da forma mais forte a manobra ideológica de deixar “os fatos falarem por si”, pois estando as formas discursivas relacionadas ao nível constitutivo estrutural da psique dos sujeitos e da base material dos seus interesses, tais formas sempre tenderão a apresentar os enunciados descritivamente. Isto *força* os enunciados críticos, que visam apresentar o que existe como uma construção histórica e social, por isso mesmo transitória, a resvalarem para o *insensato* ou *utópico*. Nada como a segurança do possível, sem aventureirismo irresponsável, diriam os realistas.

Todavia, mesmo nesse nível, o sujeito pode aspirar atuar de forma diversa daquela dos rituais dos aparelhos em que ele está inserido. Ou, dito por outras palavras, suas energias psíquicas nunca são integralmente capturadas pelos rituais de que participa. Neste ponto, intervém como reprodutoras as interpelações ideológicas sobre a ascensão social, que sempre pode ser traduzida como aspiração a participar de aparelhos com maior prestígio social ou que oferece mais vantagens materiais; ou as interpelações sobre as *coisas boas que a vida oferece*; ou ainda sobre a inevitabilidade do que existe, levando a uma atitude de resignação.

A estrutura, empiricamente, só pode ser observada em uma conjuntura determinada. É nesse nível que a constituição de sujeitos políticos é mais fluída. A conjuntura é caracterizada pela incidência de injunções de elementos estruturais constitutivos da estrutura do

modo social de produção sobre os três tipos de materialidade (controle e posse dos recursos materiais, normatização da rotina das atividades e atos e práticas). Tal incidência pode — e freqüentemente — provoca mudança dos agentes sociais que detém controle e posse dos recursos materiais nos aparelhos institucionais, redefinição da rotina das atividades desses aparelhos e, por extensão, dos atos e práticas requeridos dos indivíduos tornados sujeitos.

Há, portanto, uma relação estreita entre interesses manifestos e conjuntura, pois tais interesses estão inscritos nas posições ocupadas nos aparelhos institucionais e são redefinidos e/ou selecionados na conjuntura pelos atos, práticas e rituais materiais. Isto significa que a estrutura do modo de produção capitalista só emerge para o debate em ocasiões de crise aguda, em que a combinação particular daqueles três tipos de materialidade aparece em sua configuração de dominação de classes.

Se o que foi exposto até aqui for defensável, segue que a constituição dos sujeitos da emancipação requer um tipo de interpelação ideológica retroativa, não no sentido cronológico, mas no de não deixar os “fatos falarem por si” e de revelar que eles são “levados a falar”, fazendo emergir o fato de que as estruturas da formação social dada realizam a dimensão de atualização histórico-social da estrutura a-histórica, instauradora do humano.

Grande parte do poder das ideologias burguesas reside no fato de as interpelações ideológicas reprodutoras identificarem essas duas estruturas uma com a outra. Desse modo, as ameaças ao modo de produção capitalista podem ser apresentadas como ameaças à sociedade humana, entendida como civilização. Tal identificação se realiza por intermédio da articulação das ideologias inclusivo-históricas (Cf. Therborn), entre as quais se incluem as ideologias de classe da burguesia, com ideologias inclusivo-existenciais, posicional-históricas e posicional-existenciais.

A articulação das diversas ideologias se realiza 1) no interior de cada aparelho institucional, e 2) nas continuidades e descontinuidades das interpelações entre os diversos aparelhos. No primeiro caso, se realiza por meio dos rituais materiais (normatização da rotina) e dos atos e práticas requeridos dos sujeitos tomados individualmente. No segundo, a articulação entre os diversos tipos de ideologias se realiza pela continuidade das interpelações entre aparelhos diversos como, por exemplo, a preparação escolar para determinado tipo de trabalho que o sujeito desempenhará na empresa, ou preceitos morais adquiridos na família ou na igreja úteis

à estabilidade das rotinas em outros aparelhos institucionais; e pelas descontinuidades que estabelecem lacunas entre os diversos aparelhos institucionais, o que obscurece as articulações entre eles.

Contudo, essas lacunas precisam ser discursivamente preenchidas como uma necessidade da dominação ideológica. As formas mais comuns de preencher tais lacunas são o *racionalismo* e a *moral*. O *racionalismo* consiste em atribuir aos aparelhos institucionais típicos do modo de produção capitalista uma racionalidade formal autônoma, o que seria necessário preservar para evitar uma crise de produção, na esfera econômica, e o risco de desagregar a civilização, na esfera sócio-cultural. Entretanto, esse mesmo *racionalismo* permite reconhecer efeitos indesejáveis no funcionamento sistêmico de tais aparelhos.

A *moral* desempenharia um papel importante na correção desses efeitos, pois ela consiste justamente na atribuição de um papel regenerador aos *atos* e *práticas* dos sujeitos tomados individual ou coletivamente nos *rituais materiais* de aparelhos institucionais tais como as igrejas, associações beneficentes, clubes, confrarias etc. O relatório da Comissão Trilateral (Cf. Crozier, Huntington e Watanuki) nos oferece um exemplo privilegiado de como essa articulação é concebida na perspectiva conservadora desses autores.

Como já assinaléi anteriormente, as formas discursivas de atribuição de significados, por meio das quais os sujeitos interpelam e são interpelados (repito: em condições desiguais de controle e posse dos recursos materiais bem como de autoridade), falham na captura integral da energia psíquica, permanecendo sempre um resto de subjetividade. É a esse resto, principalmente, que se dirige grande parte das interpelações das lutas político-ideológicas, pois a outra parte da subjetividade está muito ocupada com as tarefas cotidianas da sobrevivência.

Retomemos, então, o problema dos interesses. Toda ação política, mesmo aquelas que têm como agente o sujeito tomado individualmente, ocorre no contexto daqueles três tipos de materialidade e supõe já uma constelação de interesses a partir da qual os sujeitos formularão seus interesses. O sucesso ou fracasso da dominação político-ideológica depende da adesão e/ou neutralização dos sujeitos. Isto se efetiva por intermédio dos “mecanismos de sujeição por seus efeitos de dominação ideológica”, definidos por Therborn.

Para efeito da hipótese aqui proposta, sugiro a classificação daqueles seis mecanismos em dois tipos: 1) adesão (deferência, sentido de representação e acomodação), e 2) neutralização (sentido

de inevitabilidade, medo e resignação). Ora, tais mecanismos de sujeição supõem, por um lado, modos distintos de conformação das subjetividades individuais no processo social de interpelação e, por outro lado, a possibilidade de, por meio dessa conformação, obter consenso e consentimento. É nesse sentido que os indivíduos são suportes das estruturas histórico-sociais.

Neste ponto, convém advertir para o risco de incidir no equívoco de resvalar para um certo psicologismo, com variantes nas ciências sociais, de que a luta contra a dominação se expressaria na luta contra a sujeição. Esse psicologismo, presente em várias disciplinas, tem como premissa a existência espontânea dos sujeitos. Da perspectiva de análise aqui adotada, a *sujeição a* integra o processo dialético de constituição dos sujeitos humanos, o que inclui a *qualificação para*. Fora desse processo, restaria pouco mais que um animal dotado dos seus cinco sentidos. Por essa razão, parti da proposição inicial de três dimensões constitutivas do sujeito e, em decorrência disso, julgo imprescindível, no plano analítico, estabelecer uma distinção entre o esforço de conhecimento da estrutura ontológica e a crítica à sua atualização histórico-social.

Desse modo, a ação política emancipatória terá que travar sua luta política e ideológica, tanto no interior dos aparelhos institucionais de dominação como fora deles, visando a constituição de aparelhos cuja organização dos *rituais* e *práticas* materiais sejam expressão ou apontem para a constituição de outras formas de atualização histórico-social da estrutura ontológica humana. É nesse contexto que adquire importância a crítica à: 1) *tecnologia administrativa*, tanto na matriz weberiana original como nas formas atuais genericamente conhecidas por círculos de qualidade; e 2) à mídia. A primeira, por sistematizar os procedimentos da dominação e, a segunda, pela sua capacidade de potencializar o processo social de interpelação operado nos demais aparelhos, estabelecendo continuidades e descontinuidades, conforme o caso.

#### BIBLIOGRAFIA

1. ALTHUSSER, Louis (1996). "Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação)". Zizek, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto.
2. BADIOU, Alain (1994). *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
3. CROZIER, Michel; Huntington, Samuel e Watanuki, Joji. (1975) *The crisis of democracy—report on the governability of democracies to the trilateral commission*. New York, New York University Press.
4. FIORIN, José L. (1995). *Linguagem e ideologia*. São Paulo, Ática.

5. FOUCAULT, Michel. (1996) *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola.
6. FREUD Sigmund (1978) "Cinco lições de psicanálise". Freud, Coleção *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural.
7. \_\_\_\_\_ "Esboço de psicanálise". Freud, Coleção *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural.
8. LACAN, Jacques (1995). *O Seminário: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, livro 2. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
9. LÉVI-STRAUSS, Claude (1976). *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário.
10. LOJKINE, Jean (1995). *A revolução informacional*. São Paulo, Cortez.
11. LUKES, Steven (1980). *O poder*. Brasília, Editora da UnB.
12. MARX, Karl (1978). "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". Marx, Coleção *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural.
13. \_\_\_\_\_ "Para a crítica da economia política". Marx, Coleção *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural.
14. \_\_\_\_\_ (1985). *O Capital*. Vol I, São Paulo, Nova Fronteira.
15. PÊCHEUX, Michel (1996). "O mecanismo do (des)conhecimento ideológico". Zizec, Slavoj. *Op. cit.*
16. THERBORN, Göran (1980). *The ideology of power the power of ideology*. London, Verso.
17. WEBER, Max (1982) "Política como vocação". Gerth, Hans e Mills, C. Wright. *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Guanabara.
18. WEBER, Max (1964). *Economía y Sociedad*. México, Fondo de Cultura.
19. \_\_\_\_\_ (1994). *Parlamento e governo na Alemanha reconstruída*. Petrópolis, Vozes.
20. ZIZEC, Slavoj (1996). "O espectro da ideologia". Zizec, Slavoj. *Op. cit.*